

Movimentos de resistência feminista no Brasil e a reação do estado (2013-2022)

Andressa Kolody (UERJ)

Introdução

Os movimentos feministas tem um longo caminho histórico desde a modernidade e uma extensa marcha de resistência pela frente. Assim como os feminismos, representam uma força em constante movimento. Refletindo a diversidade das mulheres, esses movimentos são caracterizados pela sua pluralidade, abrangendo uma ampla gama de coletivos, articulações e indivíduos, que se diferenciam e/ou se aproximam a partir de suas respectivas demandas, prioridades e teorias feministas – como o feminismo liberal, feminismo negro, feminismo interseccional, feminismo social, socialista ou marxista, ecofeminismo e feminismo radical –, formando um caleidoscópio de luta e resistência.

O movimento feminista abarca uma miríade de organizações, desde a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Marcha Mundial das Mulheres, o Movimento de Mulheres Camponesas, o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural, e inclui tanto movimentos de base quanto grupos organizados nacionalmente. Além disso, há uma infinidade de feministas independentes de organizações formais, bem como coletivos como Coletiva das Vadias, Liberta Elas e Espaço Mulher (Silva, 2020).

Apesar das diferentes teorias, formas organizacionais, linguagens e repertórios de atuação, os movimentos feministas colocam em evidência uma mesma relação de poder: a desigualdade de gênero. Suas pautas abordam as múltiplas formas de opressão derivadas dessa relação de poder, desde a objetificação de mulheres até o feminicídio, passando pela divisão sexual do trabalho e a disparidade salarial entre gêneros.

Recentemente, temos observado uma disposição mais ampla para o diálogo em torno de pautas unificadoras, sem que isso signifique ignorar outras lutas importantes. No entanto, embora haja iniciativas nessa direção, essenciais para enfrentar os processos de opressão no sistema patriarcal e racista capitalista, é importante reconhecer que essa articulação ainda enfrenta desafios (Silva, 2020).

A diversidade de perspectivas, estratégias e prioridades, assim como ambivalências acerca de questões de igualdade e justiça, são exemplos desses desafios. Além disso, persistem questões relacionadas à hierarquia, representatividade e inclusão, que precisam ser abordadas para garantir uma colaboração inclusiva e solidária intra-

sociais não significam, a *priori*, virtuosidade. “Eles estão incrustados na teia de representações e interpretações que enquadram o mundo” (Sarmiento et al, 2017, p. 95).

Assim como em qualquer movimento social, a atuação feminista é influenciada pela conjuntura (Gohn 1997; 2017), avançando em um processo contínuo e não linear em busca de melhorias na condição das mulheres, tanto em termos de direitos sociais e políticos quanto no enfrentamento da opressão de gênero e racial.

Conectado à radicalização dos movimentos feministas, que reflete uma dinâmica comum nos processos políticos das mulheres na América Latina, e diante do contexto econômico-político brasileiro que colocou o gênero no centro da vida pública, emergiu um ciclo de mobilizações contestatórias feminista ao longo da última década. Este fenômeno foi particularmente influenciado pelas experiências da Argentina e do México, bem como pela greve internacional das mulheres, que destacou as interações entre neoliberalismo econômico e o conservadorismo ideológico (Melo, 2020).

O período tem sido descrito por estudiosos/as do tema como a “4ª onda” do feminismo. Cronologicamente, o feminismo é dividido em ondas, representando períodos de grande ativismo e articulação de agendas feministas. O movimento ganhou destaque no Brasil ao defender os direitos conquistados. Apesar de a organização feminista não ter cessado, uma postura mais combativa se tornou relevante diante do crescimento da onda conservadora após as “Jornadas de Junho” de 2013 e no contexto do “golpe de novo tipo” de 2016 (Demier, 2017).

As manifestações conhecidas como “Jornadas de Junho de 2013” marcaram um ponto de virada, quando milhares de jovens trabalhadores e estudantes enfrentando condições de vida e trabalho precárias, incluindo baixos níveis de escolaridade e remuneração, saíram às ruas (Braga, 2014; Mattos, 2023). Depois de Junho as tendências e latências se desenvolveram de maneira complexa, revelando contradições e antagonismos radicais (Freitas et al, 2023). Uma evidência do crescimento da “nova velha direita” e da formação de uma coalizão ainda mais conservadora no Brasil, composta por ruralistas, neopetencostais e empresários, que intensificaram o discurso machista e a ofensiva contra os direitos das mulheres (Miguel, 2022).

Tal contexto desencadeou a escalada de ataques aos direitos sexuais e reprodutivos, bem como ao papel das mulheres na esfera pública, produzindo interferências substanciais nas disputas políticas nacionais. Essa tendência se manifestou durante eventos chave na história recente do país, como a votação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014, quando a ideologia de gênero foi instrumentalizada para questionar e distorcer a cientificidade do conceito de gênero; o impeachment da

2022, nas quais grupos políticos, religiosos e de extrema-direita atuaram para difundir essa retórica e consolidar o apoio dos evangélicos à candidatura do candidato da *fake news* sobre o “kit gay” (Melo, 2020).

Enquanto as ações conservadoras se intensificavam, as manifestações massivas de Junho de 2013 impulsionaram greves, fortaleceram as táticas de lutas dos sindicatos e aumentaram a presença de lideranças populares na política institucional, dando origem a novos movimentos sociais. Esse contexto desafiou as estruturas de poder existentes e influenciou as dinâmicas de luta dos movimentos feministas, constituindo o que tem sido chamado como “Primavera Feminista”.

Este ensaio busca contextualizar as dinâmicas de luta dos movimentos feministas na atualidade e refletir sobre a resposta do Estado brasileiro às suas mobilizações e protestos. As reflexões integram a pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ), que tem como objeto a mediação do Estado na luta de classes e suas implicações para o regime político e as formas de resistência das classes subalternas.

A metodologia adotada incluiu revisão bibliográfica e revisão documental. O texto está organizado em dois itens: no primeiro, contextualizamos a resposta dos movimentos feministas brasileiros diante da opressão e retrocesso político. Destacamos a “Primavera Feminista”, marcada pela inovação e expressividade, contrastando com um contexto anterior de institucionalização e desmobilização social. No segundo item, discutimos as respostas estatais aos protestos feministas, reconhecendo a adaptação do Estado e a importância de uma análise contextualizada.

Resistências Feministas no Brasil recente

A resistência à ofensiva antigênero começou a ganhar forma já em 2014, com a participação de feministas em audiências públicas sobre os Planos de Educação, além de mobilizações nas ruas e campanhas nas redes sociais que tornaram público o debate sobre o tema. Foi nesse contexto que surgiu o Programa Escola Sem Partido¹, uma proposta que pretendia alterar a Lei de Diretrizes de Bases da Educação (Lei 9394/1996) para garantir o “respeito pelas convicções e pelos valores morais e religiosos dos estudantes e de suas

¹ O programa, idealizado por Miguel Nagib e convertido no Projeto de Lei nº 193/2016 pelo senador Magno Malta (PR), foi proposto em 11 estados do país e chegou a ser implementado em alguns estados brasileiros, como Alagoas (Gonçalves, 2016). No entanto, os efeitos da Lei nº 7.800 de 2016, que estabelece a Escola Livre no estado de Alagoas, foram liminarmente suspensos após voto do Ministro do Superior Tribunal Federal Luiz Roberto Barroso nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 5.537/AL e 5.580/AL. Para mais informacoes, consulte: Brasil, Supremo Tribunal Federal, . Disponível in <https://pesquisandoesp.wordpress.com/mapa-dos-projetos/>. Acesso em 12 de dezembro de 2021. Um mapa

famílias” e “proibir a ideologia de gênero”.

No entanto, foi em 2015 que os protestos feministas no Brasil ganharam visibilidade, antecipando o movimento *MeToo* nos Estados Unidos. A *hashtag* #Meuprimeiroassédio tornou-se amplamente difundida nas redes sociais, com mais de 3.000 relatos de assédio na infância. O movimento coincidiu com as manifestações contra o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB)², que lotaram as ruas das principais cidades do país.

A campanha promovida pelo Coletivo Think Olga foi emblemática, expondo as experiências diárias de assédio sexual enfrentadas por mulheres desde a infância. Inicialmente, a *hashtag* foi uma resposta a comentários machistas e pedófilos dirigidos a uma competidora de 12 anos do *Master Chef Kids* Brasil, mas rapidamente se transformou em um espaço para que mulheres compartilhem suas próprias vivências, recebendo cerca de 82.000 mensagens em apenas quatro dias. A média de idade do primeiro abuso dos relatos (9,5 anos) destacou a urgência de uma resposta mais ampla, evidenciando a necessidade de combater a violência de gênero em todas as suas formas (Think Olga, s/d). A partir de outubro de 2015, o movimento tomou as ruas em manifestações expressivas contra as propostas conservadoras em discussão no Congresso Nacional, incluindo o projeto de Eduardo Cunha (PMDB), então deputado e presidente da casa e acusado, entre outras coisas, de manter contas na Suíça alimentadas pelos subornos da Petrobras. O Projeto de Lei 5069/2013, além de modificar o entendimento de violência sexual, buscava dificultar o acesso ao aborto legal para mulheres vítimas de estupro, criminalizar métodos contraceptivos, penalizar profissionais de saúde e mulheres que querem abortar (Gonzaga, 2015).

Outro desdobramento importante dessa ofensiva foi o que Demier (2017) descreveu como “golpe de novo tipo”³⁴ contra a Presidenta Dilma Rousseff em 2016. O caráter explicitamente misógino do estelionato eleitoral praticado contra ela foi sincronizado com uma ampliação da atuação parlamentar visando aprovar políticas para aumentar os níveis de controle sobre os corpos das mulheres.

De 16 Pls em 2011, passando para 23 em 2012 e atingindo 125 em 2015. Essas propostas incluíam sugestões para criminalizar práticas educativas, retirar a palavra gênero da lei de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulheres, revogar o atendimento obrigatório pelo Sistema Único de Saúde às vítimas de violência sexual,

² Integrante do centrão, bloco de partidos mais influente no Congresso Nacional desde a redemocratização

³ Um golpe ocorre quando partes do aparelho de Estado decidem mudar unilateralmente as regras do jogo, em seu próprio benefício. Foi o que ocorreu em 2016, quando Dilma foi retirada do cargo com base em pretextos frágeis, que não configuram crime de responsabilidade, para a implantação de um projeto político que não tinha respaldo popular e havia sido derrotado

entre outros requerimentos para suspender a obrigatoriedade de informações sobre o tema em boletins policias e notificações de saúde (Melo, 2020).

A crescente influência conservadora do Poder Legislativo brasileiro, impulsionada por parlamentares evangélicos liderados por Cunha, não apenas estimulou a demanda por novos direitos, mas também convocou a luta pela preservação dos já conquistados. A mobilização "ForaCunha!" teve repercussões no ano seguinte, desgastando politicamente o então presidente da Câmara e culminando em sua destituição e prisão em 2016 (El País, 2015).

Em resposta a um estupro coletivo cometido contra uma adolescente no Rio de Janeiro, seis meses após a deposição da presidenta, surgiu a *hashtag* #33contratodas, unindo os movimentos feministas em uma posição contra a cultura do estupro. O número 33 fazia referência à porcentagem de mulheres vítimas de violência sexual no Brasil, conforme dados de uma pesquisa nacional. O ativismo online e as mobilizações nas ruas foram registradas em 21 capitais brasileiras (Estadão, 2016). As mobilizações ficaram conhecidas como "Junho lilás" e representaram a coalização de mulheres contra o estupro, pela vida das mulheres, a democracia e contra o avanço do conservadorismo e das reformas.

Em 2018, as feministas se mobilizaram no 08 de março em articulação com a greve internacional das mulheres. E nos dias seguintes ao assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL), cujo assassinato ocorreu em 14 de março de 2018, a denúncia de racismo se conectaria às pautas feministas brasileiras.

Marielle Franco foi vítima de milicianos associados a grupos políticos influentes no legislativo municipal e estadual do Rio de Janeiro. Seu assassinato tornou-se um ícone da resistência feminista, inspirando uma nova geração de ativistas. Trinta dias após sua morte, milhares de mulheres ocuparam o Museu de Arte de São Paulo e marcharam pela Avenida Paulista, denunciando o machismo, a impunidade e o genocídio negro (Melo, 2020).

A persistência da mobilização feminista criou o contexto para o surgimento de iniciativas como o #Elenão, que se opôs à candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência, desempenhando um papel fundamental na resistência contra o neofascismo⁴

⁴ Neofascismo é uma categoria de análise que surge da necessidade de compreender e enfrentar politicamente situações decorrentes da ascensão de partidos de extrema-direita ao governo, bem como do aumento de sua influência eleitoral em vários países do mundo. Essa análise é realizada por meio da metodologia comparativa com os fascismos históricos que emergiram no período entre guerras. A caracterização de Jair Bolsonaro como neofascista está fundamentada e justificada nas importantes contribuições de Marcelo Badaró Mattos, especialmente no livro "Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil" (2020). Segundo o autor, o governo Bolsonaro representou um momento em que, na longa trajetória da autocracia burguesa, recorreu ao neofascismo para garantir o sentido preventivo da contrarrevolução no Brasil. O regime político era democrático-burguês, mas uma democracia deteriorada e em crise, blindada às demandas dos setores subalternos. No entanto, esse regime continha elementos da face autoritária e da face fascista pela mobilização constante

emergente no país. Bolsonaro ascendeu como candidato a partir da reificação da família tradicional como modelo único, da estratégia retórica ideologia de gênero e da propagação do pânico social, reproduzindo o movimento internacional das direitas populistas (Miguel, 2022).

A *hashtag* #Elenão envolveu cerca de 3 milhões de pessoas e, em 29 de setembro de 2018, culminou na maior mobilização de rua da histórica recente no país, quando milhares de mulheres ocuparam as ruas de 62 cidades brasileiras e 14 países do mundo (Góes et al., 2018). O ciclo que atravessa esse período foi reconhecido como a "primavera das mulheres brasileiras" (El País, 2015) e se destaca por sua inediticidade e expressividade, especialmente considerando o contexto anterior de institucionalização, desmobilização e refluxo dos movimentos sociais (Demier, 2017).

Apesar da vitória do candidato Jair Bolsonaro, o movimento feminista, atuando tanto nas redes digitais quanto nas ruas, apresentou uma resposta significativa à ameaça percebida em seu discurso e propostas, o que acabaria por reverberar no segundo processo eleitoral, no qual o candidato sairia derrotado (Nogueira, 2023). Com a ascensão de Bolsonaro à presidência em 2019, o discurso abertamente misógino, racista e LGBfóbico foi aprofundado, culminando na nomeação de Damares Regina Alves, pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular, como ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Diante da investida contra os direitos das mulheres, um dos pilares da política neofascista, o movimento feminista permaneceu organizado, enfrentando diversas frentes de luta. A defesa do direito ao aborto legal, exemplificada no caso da menina de 10 anos, as manifestações das trabalhadoras da enfermagem durante a pandemia e a batalha contra a violência doméstica que se intensificou nesse período, são alguns dos exemplos.

As ações do governo Bolsonaro, aprofundaram problemas como fome, desemprego, feminicídio, assédio sexual e moral, racismo e machismo estrutural, além de crimes de ódio nas redes e nas ruas, e a precarização do trabalho. A política econômica adotada resultou no encarecimento de alimentos, aluguéis e remédios, levando ao endividamento das famílias, principalmente aquelas lideradas por mulheres, mais vulneráveis aos trabalhos mal remunerados e às múltiplas jornadas simultâneas. O estrangulamento econômico aumentou a pressão, intensificando os ciclos de violência doméstica (Esquerda Online, 2023; Nogueira, 2023).

Embora a eleição de Lula em uma disputa acirrada tenha sido influenciada pelo repúdio das mulheres à tentativa de reeleição de Bolsonaro, o início de 2023 foi marcado

por mais uma tentativa golpista. Em 8 de janeiro, ocorreu a invasão dos três poderes. A violência, já fortalecida e politizada durante o bolsonarismo, se alastrou ainda mais.

O movimento feminista permanece vigilante diante das pautas fundamentais que ainda demandam atenção, apesar dos desafios impostos por um congresso composto por parlamentares conservadores e a persistente ofensiva ideológica contra as mulheres (Nogueira, 2023).

Reflexões introdutórias sobre a reação do Estado ao ciclo de protestos feministas

Ao explorar a reação do Estado brasileiro ao ciclo de mobilização feminista da última década, fica evidente que a resposta não se limita a ações diretas e imediatas de repressão, como ocorreu no caso das ocupações secundaristas realizadas em 2015 e 2016. Embora registros diretos de repressão sejam escassos, como exemplificado na Assembleia Legislativa do Pará em 08 de março de 2023, quando o Movimento Frente Feminista foi reprimido pela polícia (Pedrosa Neto, 2023), pela investigação criminal instaurada contra integrantes do Coletivo Feminista Pagu após protestos na Universidade Federal de Goiás em 2015 (Silva; Ataídes, 2019), é indispensável reconhecer que a reação do Estado pode assumir diferentes formas e, ao que parece, no caso do ciclo de protestos feministas, tem assumido formas mais sofisticadas de criminalização.

A metodologia adotada para essa análise incluiu um levantamento nos buscadores Google News e DuckDuckGo, utilizando descritores como "repressão", "criminalização", "movimento feminista", "movimento social feminista", "movimento de mulheres", "resistência feminista" e "primavera feminista". Além disso, foram revisados 10 artigos publicados na SciELO Brasil nos últimos dez anos, visando identificar registros de repressão estatal direta ou indireta relacionada ao movimento feminista.

Os resultados revelaram uma lacuna significativa em registros diretos de repressão, indicando que a resposta do Estado ao ciclo de mobilização feminista pode ser mais complexa do que simplesmente medidas coercitivas. Em vez de reprimir abertamente os protestos, o Estado pode optar por adotar estratégias mais sutis, como aumentar a ofensiva antigênero através da atuação articulada entre diferentes níveis e esferas de poder, seja produzindo uma legislação, desfinanciando políticas públicas voltadas para mulheres, institucionalizando uma programática antigênero e falseando a realidade por meio da publicação de *fake news*, durante o governo do ex-presidente Jair

Bolsonaro, ou aumentando a tolerância diante do aprofundamento da violência com esse segmento.

Além disso, a instauração de processos criminais contra profissionais que trabalham em áreas relacionadas aos direitos das mulheres sugere uma tentativa de silenciar a dissidência de maneira menos visível. É fundamental problematizar criticamente essa ausência de registros diretos de repressão e considerar o contexto político mais amplo em que esses protestos ocorrem. Isso inclui examinar como o discurso e as políticas do governo, especialmente durante a gestão de Bolsonaro, podem contribuir para um ambiente hostil para os movimentos feministas e para a dissidência em geral.

Ao fazer isso, podemos fornecer uma análise mais profunda e contextualizada da reação do Estado à mobilização feminista, destacando as complexidades e sutilezas envolvidas. Ao considerar as questões levantadas, percebemos que a ausência de registros diretos de repressão pode sugerir uma mudança na estratégia do Estado em lidar com os movimentos feministas, optando por medidas mais sofisticadas de controle.

Nesse sentido, é importante destacar que o Poder Legislativo e o Poder Executivo se tornaram um espaço privilegiado para a institucionalização e legitimação da ofensiva antigênero. A atuação de grupos políticos e religiosos conseguiu retirar a perspectiva de gênero de importantes marcos regulatórios da educação pública.

Apesar de criada pela tradição católica no final dos anos 1990, a categoria ideologia de gênero foi incorporada por parlamentares evangélicos nesse período e adensada por grupos políticos seculares que fizeram parte da base do governo Bolsonaro, como o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem pra Rua e Revoltados Online. Essa dinâmica legislativa reflete a influência dos aparelhos privados de hegemonia na formulação de políticas públicas e na produção da agenda política do país (Gramsci, 2004).

Esse processo corresponde a uma adaptação ou atualização dos mecanismos de dominação de classe. Além do uso tradicional da mídia hegemônica e do retorno às mobilizações de rua, as elites criaram novos meios para disseminar posições reacionárias. Isso inclui a utilização de redes virtuais com um amplo uso de notícias falsas e ataques de ódio contra militantes de esquerda, feministas, ativistas de direitos humanos, imigrantes, populações racializadas e LGBTQI+, entre outros grupos (Mattos, 2020).

Considerações Finais

O cenário dos movimentos feministas no Brasil reflete uma história de resistência, com diversas perspectivas, estratégias e prioridades. Desde os movimentos históricos até a atual "Primavera Feminista", as mulheres se organizam contra a opressão de gênero em busca de igualdade e justiça.

A complexidade e vitalidade desses movimentos são evidentes em sua capacidade de se adaptar diante de desafios políticos e sociais. Mesmo diante do neofascismo e do ataque aos direitos das mulheres, a voz feminista se mantém alta e articulada.

Mobilizações, campanhas nas redes sociais e alianças estratégicas demonstram a determinação das mulheres contra a violência de gênero, misoginia e retrocesso político. A resposta vigorosa dos movimentos feministas à ofensiva antigênero desafia o patriarcado e o conservadorismo.

A análise da reação do Estado brasileiro ao ciclo de mobilização feminista revela uma dinâmica complexa e multifacetada. Enquanto tradicionalmente associamos a resposta estatal a movimentos sociais com a repressão direta, como ocorreu em episódios anteriores de mobilizações secundaristas, a abordagem adotada diante dos protestos feministas parece ser mais sofisticada. Embora escassos, os registros diretos de repressão, como as ações policiais em eventos específicos, não são representativos da totalidade da resposta estatal.

A metodologia utilizada na análise, que incluiu a pesquisa em buscadores e a revisão de artigos acadêmicos, evidenciou uma lacuna significativa em registros diretos de repressão, sugerindo que o Estado pode estar adotando outras estratégias que ataquem diretamente as demandas e pautas do movimento feminista. Em vez de reprimir abertamente os protestos, o Estado parece estar optando por medidas como a produção de legislação restritiva, o desfinanciamento de políticas públicas voltadas para mulheres e a instauração de processos criminais contra profissionais ligados aos direitos das mulheres, além da tolerância com a realidade violenta.

A aparente falta de repressão direta não pode ser interpretada como uma diminuição da hostilidade do Estado em relação aos movimentos feministas, mas sim como uma adaptação às novas dinâmicas de resistência, que passa também pelo aumento da ofensiva ideológica. A visibilidade dos protestos feministas, especialmente nas redes sociais, pode ter influenciado a abordagem do Estado, levando-o a adotar táticas menos evidentes para conter a dissidência.

É fundamental problematizar a ausência desses registros e considerar o contexto político mais amplo em que esses protestos ocorrem. O discurso e as políticas do governo, especialmente durante a gestão Bolsonaro, o crescimento do conservadorismo e da violência contribuíram para um ambiente hostil para os movimentos feministas e para a dissidência em geral.

Referências

Braga, R. (2023). *Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC): uma sociologia à altura de Junho*. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/05/26/cenedic-uma-sociologia-a-altura-de-junho/>.

Carneiro, S. (2003, Dezembro). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17 (49), 117-132. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/>.

Chehab, I. M. C. V. (2018, Julho). Movimentos Feministas no Brasil: Ciclos históricos, velhos desafios e novas propostas de resistência no contexto da pós-democracia. *Revista Movimentos Sociais e Conflitos*, 4(2), 67-83. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistamovimentosociais/article/view/4948>.

Demier, F. A (2017). *Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad X.

El País. (2015, Novembro, 12) *Primavera feminista no Brasil*. Recuperado Fev 05, 2024. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html.

Esquerda Online. (2023, Março, 08) *8M: o que vem depois da esperança?* Recuperado Fev 03, 2024. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2023/03/08/8m-o-que-vem-depois-da-esperanca/>.

Estadão. (2016, Maio, 28). *A sociedade naturaliza a cultura do estupro*. Recuperado Fev 05, 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/a-sociedade-naturaliza-a-cultura-do-estupro/>.

Freitas, C.; Barros, D.; Demier, F. (2023). *Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)*. São Paulo, Usina Editorial.

Gohn, M. da G. (1997). *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo, Loyola.

Gohn, M. da G. (2017). *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo, Cortez.

Góes, B.; Herdy, T.; Camporez, P. (2018, Novembro, 29). *Manifestantes fazem ato contra Bolsonaro em pelo menos 62 cidades brasileiras*. Recuperado Fev 04, 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/manifestantes-fazem-ato-contrabolsonaro-em-pelo-menos-62-cidades-brasileiras-23113462>.

lidera-na-ocupacao-de-escolas-nordeste/.

Gonzaga, V. R. (2015, Novembro, 19). *Violência sexual: rastreando os danos do PL 5069/2013, de Eduardo Cunha*. Recuperado Mar 20, 2024. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/337>.

Gramsci, A. (2004). *Cadernos do cárcere*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira (Org.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Vol. III.

Mattos, M. B. (Sem data). Que crise? Elementos para análise da conjuntura brasileira. *Marxismo21*. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/05/Conjuntura-Marcelo-Badar%C3%B3.pdf>.

Mattos, M. B. (2020). *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo, Usina Editorial.

Melo, F. (2020). Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*. 28(3). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/qzQJqn8gWfBY4Rvdp3dxwDP/>.

Miguel, L. F. (2022). *Democracia na periferia capitalista*. Impasses do Brasil. Belo Horizonte, Autêntica.

Miguel, L. F. (2023, Janeiro, 30). *A direita se enfurece com as referências de Lula ao golpe de 2016* [...]. Brasília. Facebook: luizfelipemiguel. Recuperado Jan 30, 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/luisfelipemiguel.unb/posts/pfbid0EZqopmeoVLADvvLT5vnM8x37MtXoremTQdJkC2UqLDS8J2csYAJV8d2yK6QPMmGHI>.

Nogueira, M. L. (2023, Novembro, 30). *5 anos do Ele Não: reflexões sobre o papel do movimento feminista na luta contra o neofascismo*. Recuperado: Fev 03, 2024. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2023/09/30/5-anos-do-ele-nao-reflexoes-sobre-o-papel-do-movimento-feminista-na-luta-contr-o-neofascismo/>.

Pedrosa Neto, C. (2023, Março, 09). *Mulheres são vítimas de violência policial na Assembleia do Pará*. Recuperado Fev 04, 2024. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/violencia-policial-contr-mulheres-no-para/>.

Sarmiento, R.; Reis, S.; Mendonça, R. F. (2017, Janeiro). As Jornadas de Junho no Brasil e a questão de gênero. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 22. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/YF7MhmZPdy5gvSPydPHMmvmh/?format=pdf>.

Silva, C. (2020). *Para onde vamos?: feminismo como movimento social*. Recife, SOS Corpo. Disponível em: https://soscorpo.org/wp-content/uploads/Para-onde-vamos-Feminismo-como-movimento-social-SOSCorpo_WEBDEZ2.pdf.

Silva, T.; Ataídes, M. C. C. de. (2019, Janeiro) A criminalização e a Marginalização dos Movimentos Sociais no Brasil: o Caso do Coletivo Feminista Pagu. *Revista Direitos Humanos e Democracia*. 7(13). Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/8742>.